parcial, excluindo da responsabilidade do ordenador a falha relativa ao descumprimento do Art. 212, da CF/88, inclusive com a redução proporcional da multa fixada, mantendo-se, nos demais termos, inalterada a decisão anterior prolatada, nos termos do Acórdão n.º 24.426/2013, pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Soure, sob a responsabilidade da Sra. ROSILEIA FELIPE BRITO, inclusive quanto à remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada, nos termos e fundamentos acima indicados, de acordo com a ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 280/290.

ACÓRDÃO Nº 29.697, DE 24/11/2016

Processo nº 340012008-00

Origem: Prefeitura Municipal de Inhangapi

Assunto : Prestação de Contas de Gestão de 2008

Responsável: José Alves Feitosa Oliveira

Instrução: 6ª Controladoria

Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha

Relator: Conselheiro Aloísio Chaves

EMENTA: Prestação de Contas de Gestão. Prefeitura Municipal de Inhangapi. Exercício de 2008. Pela irregularidade das contas. Recolhimentos. Multas. Cópia dos autos ao MPE. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 809 a 815 dos autos.

Decisão: I – Negar aprovação às contas de gestão da Prefeitura Municipal de Inhangapi, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. José Alves Feitosa Oliveira, nos termos do Art. 32, III, “b” e “c”, da Lei Complementar nº 84/2012; II – Determinar que o citado Ordenador de Despesas recolha os seguintes valores:

1. Aos cofres municipais, no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do disposto no Art. 35, da Lei nº 84/2012:

- R\$-60.561,82 (sessenta mil, quinhentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos), referente à conta Agente Ordenador;

- R\$-64.910,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e dez reais), pelo pagamento de subsídios aos Gestores acima do ato fixador; 2. Ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, de conformidade com o Art. 3º, III, da Lei nº 7.368/2009:

- R\$-3.010,00 (três mil e dez reais), com fundamento no Art. 120-B, IV do RI/TCM, pela remessa intempestiva da LDO, LOA, P/C's Quadrimestrais e RREO's do 1º ao 4º bimestres, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

- R\$-8.089,00 (oito mil e oitenta e nove reais), com fundamento no Art. 5º, I, § 1º e 2º da Lei nº 10.028/2000, pelo atraso na remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º quadrimestres, correspondendo tal valor, ao percentual 10% dos vencimentos anuais do Ordenador;

- R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com fulcro no Art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento do Art. 37, XXI, da CF/1988 c/c o Art. 2º, da Lei 8.666/93, pela ausência de processos licitatórios, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

III – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para adoção das medidas que entender cabíveis;

IV – Ressaltar que o não pagamento das multas cominadas, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM-PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.700, DE 01/11/2016

Processo Nº 424002009-00

Classe: Prestação de Contas

Procedência: Fundo Municipal de Saúde de Marabá 2009

Interessados: Nagilson Rodrigues Amoury (01/01 a 23/11/2009), Joelma Fernandes Sarmento (24/11 a 16/12/2009) e Ademar Rafael Ferreira (17/12 a 31/12/2009)

Instrução: Auditor Alcimar Lobato da Silva /3ª Controladoria/TCM

Ministério Público: Elisabeth Massoud Salame da Silva

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARABÁ. EXERCÍCIO DE 2009. FALHAS FORMAIS COMUNS AOS TRÊS ORDENADORES. QUANTO AO GESTOR NAGILSON RODRIGUES AMOURY PERSISTE A FALHA DE IRREGULARIDADE E AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS. CONTAS DO GESTOR NAGILSON RODRIGUES AMOURY JULGADAS

IRREGULARES E CONTAS DOS GESTORES JOELMA FERNANDES SARMENTO E ADEMAR RAFAEL FERREIRA REGULARES COM RESSALVA. REMESSA DE CÓPIA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

I – Contas prestadas pelo Sr. NAGILSON RODRIGUES AMOURY (01/01 a 23/11/2009), consideradas irregulares.

II – Contas prestadas pela Sra. JOELMA FERNANDES SARMENTO (24/11 a 16/12/2009), consideradas regulares com ressalva.

III – Contas prestadas pelo Sr. ADEMAR RAFAEL FERREIRA (17/12 a 31/12/2009), consideradas regulares com ressalva.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da prestação de contas dos Senhores Nagilson Rodrigues Amoury (01/01 a 23/11/2009), Joelma Fernandes Sarmento (24/11 a 16/12/2009) e Ademar Rafael Ferreira (17/12 a 31/12/2009), como ordenadores de despesas do Fundo Municipal de Saúde de Marabá, no exercício financeiro de 2009, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 302/310, aprovados por votação unânime.

Decisão: Considerar regulares com ressalva as contas prestadas por Joelma Fernandes Sarmento (24/11 a 16/12/2009) e Ademar Rafael Ferreira (17/12 a 31/12/2009) e pela irregularidade, das contas do Sr. Nagilson Rodrigues Amoury (01/01 a 23/11/2009). Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 29.707, DE 06/12/2016

Processo nº 830012012-00

Origem: Prefeitura Municipal de Tomé-Açu

Assunto: Prestação de contas de Gestão do exercício de 2012

Responsável: Carlos Vinícius de Melo Vieira

Relator: Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: P. M. de Tomé-Açu. Exercício de 2012. Prestação de contas de Gestão. Pela não aprovação. Aplicação de multas. Encaminhar cópia dos autos ao MP Estadual.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Negar aprovação à prestação de contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. Carlos Vinícius de Melo Vieira, que deverá recolher no prazo de 30 (trinta) dias, ao FUMREAP, as seguintes multas:

1- R\$-10.000,00 – pela ausência de processo licitatório para despesas realizadas, com fundamento no Art. 57, I, “a” e “b”, da LO/TCM/PA;

2- R\$-500,00 – pela remessa intempestiva dos RREO's dos 1º e 3º bimestres;

ACÓRDÃO Nº 29.708, DE 06/12/2016

Processo nº 1380012012-00

Origem: Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna

Assunto: Prestação de contas de Gestão do exercício de 2012

Responsável: Edison Raimundo Alvarenga

Relator: Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: P.M. de Nova Ipixuna. Exercício de 2012. Prestação de contas de Gestão. Pela não aprovação. Aplicação de multa.

Encaminhar cópia dos autos ao M.P. Estadual. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Negar aprovação à prestação de contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. Edison Raimundo Alvarenga, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa de R\$-10.000,00 (dez mil reais), pelas contas irregulares em função de despesas realizadas sem processos licitatórios, com base no Art. 57, da LC estadual nº 084/2012.

ACÓRDÃO Nº 29.713, DE 06/12/2016

Processo nº 680022008-00 (200901987-00)

Origem: Câmara Municipal de Santa Izabel do Pará

Assunto: Prestação de Contas de 2008

Responsável: Tony de Souza Lisboa

Relator: Conselheiro Aloísio Chaves

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Santa Izabel do Pará. Exercício de 2008. Pela aprovação, c/ ressalvas, das contas. Recolhimento. Multa. Expedição do Alvará de Quitação,

após a comprovação dos recolhimentos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 190 a 194 dos autos.

Decisão: I – Aprovar as contas da Câmara Municipal de Santa Izabel do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Tony de Souza Lisboa, devendo ser expedido o respectivo Alvará de Quitação, no montante de R\$-1.253.964,70 (hum milhão, duzentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos), somente após a comprovação dos seguintes recolhimentos:

1) Aos Cofres do Município:

- R\$-1.221,83 (hum mil, duzentos e vinte e um reais e oitenta e três centavos), pela conta Agente Ordenador;

2) Ao FUMREAP, de conformidade com o Art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29/12/2009:

- R\$-2.060,64 (dois mil, sessenta reais e sessenta e quatro centavos), a título de multa, com fundamento no Art. 5º, I, § 1º e 2º, da Lei nº 10.028/2000, equivalente ao percentual de 5% dos vencimentos anuais do Ordenador, pelo atraso na remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre;

II – Ressaltar que o não pagamento da multa cominada, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM-PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.714, DE 06/11/2016

Processo nº 150022013-00

Classe: Prestação de Contas 2013

Procedência: Câmara Municipal de Benevides

Interessado: Fredson Santos de Oliveira

Instrução: 3ª Controladoria/TCM

Ministério Público: Procuradora Elisabeth Massoud Salame da Silva

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013. MULTA PELA REMESSA INTEMPESTIVA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. MULTA PELO ATRASO NA REMESSA DO RGF DO 2º SEMESTRE. MULTA PELA NÃO REMESSA DO ATO RELATIVO ÀS PORTARIAS DE VIAGEM, PARA CADASTRAMENTO. MULTA PELO NÃO ENVIO EM MÍDIA DIGITAL DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS. CONTAS JULGADAS REGULARES COM RESSALVA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da prestação de contas do Sr. Fredson Santos de Oliveira, ordenador de despesas da Câmara Municipal de Benevides, referente ao exercício de 2013, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora às fls. 1005/1009.

Decisão: Considerar regulares com ressalva, as contas prestadas em favor de Fredson Santos de Oliveira, a quem deverá se emitido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 2.898.246,29 (dois milhões, oitocentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos), cuja entrega ficará condicionada ao pagamento das multas supracitadas.

ACÓRDÃO Nº 29.718, DE 06/12/2016

Processo nº 320052005-00 (200604491-00)

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Igarapé-Açu

Assunto: Prestação de Contas de 2005

Responsável: Getúlio de Carvalho Galvão

Instrução: Auditora Adriana Oliveira/6ª Controladoria

Relator: Conselheiro Aloísio Chaves

EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Igarapé-Açu. Exercício de 2005. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Multas. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 159 a 165 dos autos.

Decisão: I – Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Saúde de Igarapé-Açu, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Getúlio de Carvalho Galvão, nos termos do Art. 52, II, e §2º, da Lei Complementar nº 25/94, devendo referido Ordenador